

FEDERALISMO E POLÍTICA EDUCACIONAL: UM ESTUDO SOBRE O REGIME DE COLABORAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ

Guerreiro, Telma Cristina¹

Este estudo tem como objetivo analisar as relações intergovernamentais da federação brasileira e suas conseqüências para definir políticas de educação pública no Brasil e de modo especial no Estado do Pará nos anos de 1990. A pergunta que motivou este estudo é sobre como se instituem as relações intergovernamentais e qual sua influência na definição de políticas sociais. O trabalho delimita-se quanto às relações estabelecidas entre os membros participantes da federação, ao longo do século XX, no território nacional brasileiro. E, por outro lado, quanto à análise da política de educação, delimita-se ao Estado do Pará dos anos de 1990. Trata-se de um estudo documental que interpreta a relação intergovernamental a partir de revisão de bibliografia pertinente à teoria das formas de Estado, com destaque a tipologia de governo e a federação, para identificar seus princípios norteadores. Baseia-se em referencial teórico, que procura firmar posição em uma compreensão ampliada do Estado, pela integração da sociedade civil e da sociedade política, de modo a se obter o entendimento acerca da concretização da República Federativa brasileira. A tese está composta de três Capítulos. O capítulo 1 traça o histórico e características da forma de governo federativo. O capítulo 2 assinala e analisa a institucionalização do governo federativo no Estado brasileiro, desde sua promulgação (1889) até a década de 1990, destaca características das relações entre os níveis da federação. O capítulo 3 analisa a relação intergovernamental e a efetivação de políticas educacionais no Brasil e no Estado do Pará, nos anos de 1990. Algumas conclusões: todos os membros participantes do governo federativo devem “consentir” em subordinar-se a orientações centrais; o desenvolvimento da história das relações intergovernamentais brasileiras oscilou quanto ao cumprimento ou não dos princípios federativos da autonomia e da interdependência, de acordo com a conjuntura inscrita na relação da sociedade civil com Estado. Na história das relações intergovernamentais entre a União e o Estado do Pará os governantes paraenses da década de 1990 aderiram às propostas hegemônicas dirigidas pelo governo nacional; a adesão não ocorreu como reflexo, mas foi assumida como identificação e integração ideológica entre os projetos de Estado adotado por seus dirigentes.

¹ Universidade Federal do Pará, Centro de Educação, Departamento de Administração e Planejamento da Educação, **E-mail:** telmacgb@ufpa.br